

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA: UMA UTOPIA OPERÁRIA

*Valmir Francisco Muraro**

No presente ensaio pretende-se relatar a trajetória do Jocismo no Brasil entre 1948 e 1970, destacando alguns dos seus momentos significativos para o Catolicismo e para a sociedade brasileira. As conclusões são o resultado da pesquisa e Dissertação de Mestrado que apresentamos no Departamento de História da Universidade de São Paulo em 1983.

Inicialmente destaca-se a questão que perpassa toda a presente reflexão: de que valeu a JOC?

Teria sido o Movimento Jocista brasileiro mais uma utopia operária indispensável para a época? Certamente, os articuladores da JOC brasileira imaginaram ser possível superar os limites impostos pela sociedade aos trabalhadores do país. A própria pastoral operária poderia ser dinamizada.

Na década de 1960 os Jocistas lutavam e acreditavam nas possibilidades de prolongar a situação operária real existente na direção de um futuro melhor para os trabalhadores. Teriam os jovens trabalhadores imaginado uma possibilidade de contato entre a vida real e o sonho que poderia dar um novo sentido à vida? Ou a JOC representou um sonho momentâneo e abstrato? Entre os militantes Jocistas percebia-se

* Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

uma luta constante pela realização de um desejo: a salvação dos trabalhadores.

Assim como a imaginação utópica não se esgotaria com a realização do seu objetivo teriam as idéias Jocistas sobrevivido à desarticulação da JOC? Que laços ligariam o Jocismo aos movimentos operários que sobreviveram a 1964 ou que surgiram posteriormente? Foi a JOC a mola propulsora de um novo ciclo dentro do catolicismo? Tentar responder a estas e outras questões também foram objetivos deste ensaio.

A JOC tentou oferecer os meios para exteriorizar aquilo que estava no interior do homem operário, fazendo-o acreditar em dias melhores. A conjugação dos fatos que se seguiram a industrialização dos anos 30 favorecia a implementação do "sonho".

A vontade utópica, nas mais diferentes sociedades, sempre encontrou no pensamento religioso um veículo que a alimentou. A idéia de um paraíso a ser alcançado (no futuro), ou de um paraíso perdido (no passado) foram as formas mais freqüentes de manifestação religiosa da vontade utópica. Neste sentido a JOC foi um produto que resultou deste tipo de esperança, mais visível nos primeiros anos de sua existência. O Evangelho era defendido como fundamento de uma sociedade igualitária, justa e feliz. A partir do momento em que todos os cidadãos cumprissem os preceitos evangélicos o melhor dos mundos se instalaria como o reinado cristão: este era o princípio teórico básico. Este mundo seria alcançado sem conflitos com as autoridades constituídas. Por isso, inicialmente, a JOC foi um movimento caracterizado por vagos traços de reivindicações sociais, uma vez que seus objetivos eram mais espirituais que materiais. A idéia de revolução social não era, enfaticamente, colocada. Esta atitude marcou a postura Jocista nos primeiros tempos.

Numa etapa posterior, as atividades Jocistas foram orientadas pela predominância de idéias liberais e humanitárias. Contudo, sua proposta estava distante ainda de ser reformista ou revolucionária. A utopia se manifestava nas reivindicações de uma sociedade menos cruel e exploratória. O papel da JOC consistia em conseguir dos governantes a instalação de dispositivos reguladores das relações socioeconômicas que pudessem minimizar os problemas materiais dos operários. Idéias transformistas, ainda que elementares, caracterizaram este período do Movimento Jocista. Através das denúncias de injustiças sociais eram exigidas reformas que promovessem um tratamento igual para todos os

indivíduos, a eliminação dos problemas materiais, o acesso ao estudo, a liberdade religiosa e de expressão.

Uma das manifestações mais fortes, incrustada na imaginação popular sempre foi a fusão da utopia religiosa em um programa político que a efetivasse. A reforma política seria o espaço onde a preocupação central girava em torno do estabelecimento de uma nova vida, alcançada através da substituição total do regime socioeconômico em vigor. As mudanças radicais e imediatas caracterizavam a reforma buscada. O Jocismo Brasileiro, depois de 1964, aproximou-se nitidamente deste tipo de utopia, na medida em que seus militantes foram perseguidos e encarcerados. A JOC passou a se preocupar com a necessidade de mudar profundamente a sociedade, superando suas pretensões espirituais. Neste período, o Capitalismo passou a ser visto como um sistema opressor e intrinsecamente injusto. A hierarquia eclesiástica também era criticada pelo silêncio que fazia diante das arbitrariedades cometidas pelo novo regime instalado em 1964. As mudanças propostas deveriam ser realizadas imediatamente, não se pensava num futuro distante, mas na situação do momento. A imaginação utópica manifestava-se na forma de idéias revolucionárias onde os trabalhadores organizados poderiam promover as mudanças sociais desejadas.

Na história da utopia Jocista, como na de outros movimentos semelhantes, a intolerância e a violência opressora se fizeram presentes. O regime sentia-se ameaçado por qualquer forma de organização popular, mesmo por aquelas que não representassem um perigo para a estabilidade no poder, mas apenas discordavam dos princípios impostos pelos novos governantes. Este tratamento, aliás, foi dispensado a maioria dos movimentos utópicos surgidos no Brasil (Mucker, Canudos).

O silêncio da hierarquia eclesiástica, diante das violências do novo regime contra os militantes da JOC, demonstrava o caráter conservador dominante dentro da ordem eclesiástica brasileira. Antes de 1969 a maioria do clero estava demasiadamente preocupada com a manutenção da ordem para assumir a defesa dos grupos oprimidos ou um possível conflito com o Estado. A afinidade entre a proposta Jocista Brasileira faz rememorar o velho sonho da "Nova Sociedade". Neste sentido não foi por acaso que Thomas Morus escolheu o nome Utopia para a ilha onde existia um nível de vida bem melhor que aquele existente em seu país. Este tipo de vida se desenvolvia em "algum lugar" ou "lugar nenhum". A escolha

demonstrava que como sempre, os poderes constituídos, por natureza conservadoras e reacionários, procuravam de todas as formas destruir a imaginação utópica por ameaçar a continuidade no poder.

Por mais de duas décadas o Jocismo Brasileiro simbolizou, também, um sonho: a esperança de uma parcela da juventude operária nacional.

As relações entre a utopia e a realidade, contudo, apresentam uma dinâmica bem própria, fato que mostra a autonomia do processo Jocista. A liberação da JOC nacional se fez porque apoiada, por um lado, pela Igreja, por outro, pelo aparelhamento sociopolítico da economia nacional em sua fase de estruturação urbano-industrial mais intensa.

No Brasil, experiências Jocistas isoladas começaram a se manifestar em 1935. Na década de 1930, as agitações políticas e sociais, ao lado do crescimento urbano e industrial, exigiram da Igreja uma nova postura que pudesse atingir com seu apostolado, também os grupos menos favorecidos da população. A Juventude Operária Católica era uma experiência de eficácia comprovada em vários países e que poderia ser útil para os interesses do Catolicismo.

Entre 1935 e 1948 experiências isoladas multiplicaram-se nos centros urbanos mais desenvolvidos do Sul do país. Geralmente a iniciativa partia de sacerdotes europeus aqui atuando.

O episcopado brasileiro oficializou o Movimento Jocista somente no momento em que pareceu-lhe indispensável tal forma de apostolado para se aproximar de uma parcela da população cada vez mais distante da Igreja: o operariado.

Na trajetória Jocista no Brasil, entre 1948 (data da oficialização) e 1970 (data da desarticulação) foi possível vislumbrar três fases marcantes:

1º) *Fase de divulgação e recrutamento (1948-1958).*

Período em que houve grandes esforços para tornar o Movimento conhecido e presente no maior número possível de Dioceses;

2º) *Fase "missionária" (1959-1964).*

A preocupação central da JOC passou a ser a valorização da vida operária. O Movimento deixou os limites da Paróquia envolvendo o bairro, a fábrica e a comunidade em geral, recebendo um novo esquema de organização. Um Conselho Nacional, Confederações Regionais, Federações Diocesanas, Seções Locais.

3º) *Fase de ruptura com o Estado e desarticulação pela Igreja (1965-1970).* Este período foi marcado pela progressiva deteriorização do

relacionamento do Jocismo com o Estado e o clero. O ano de 1970 marcou o limite desta análise.

Antes de 1948 a Igreja do Brasil não impulsionou a oficialização do Jocismo, pois ainda não era sentida a necessidade da presença de uma organização exclusivamente voltada para a juventude operária. A Ação Católica Brasileira (ACB) ocupava-se dos moços em geral, de maneira satisfatória. A pastoral popular era pouco praticada pelo clero que preferia continuar atendendo às elites do país. Por outro lado, até aquele momento, os Comunistas não representavam uma ameaça séria aos interesses do Catolicismo no Brasil, uma vez que as autoridades da ordem encarregavam-se de mantê-los sob controle.

Desde o começo dos anos 60 houve um envolvimento crescente da JOC com os aspectos da vida operária propriamente dita, como: salários, condições de trabalho, sindicalismo, habitação, saúde. Por outro lado, os Jocistas foram envolvidos pelo clima sociopolítico do momento histórico, atuando numa tentativa de diminuir as misérias materiais dos trabalhadores. Era defendida uma sociedade igualitária e justa, transformada através de reformas sociais concretizadas pelas autoridades governamentais. As formas da utopia deixavam seus limites teóricos e se partia para a ampliação dos pressupostos espirituais.

Entre 1961 e 1964, o sonho operário, acalentado pela JOC nos anos anteriores, parecia mais próximo do que nunca da sua realização. Os governantes da época acenavam com atraentes promessas de reforma que diminuiriam as desigualdades sociais. Este foi o momento, por excelência, do triunfo Jocista.

Nesta nova sociedade indicada pela JOC, as oportunidades sociais seriam mais próximas para todos. As necessidades materiais deixariam de angustiar a população, pois as pessoas mais honestas e capacitadas estariam na direção do país. Na transição da etapa evangélica para a prática, havia de um lado destituição do puro sentimento Católico em troca de uma militância que ganharia o tom do tempo. De qualquer forma o prestígio da Igreja era mantido através do conceito de "hierarquia qualificada" que assegurava a hegemonia Católica.

Na segunda metade da década de 1960, os Jocistas sobreviventes ao Golpe de Estado de 64, concluíaam que os operários teriam melhores oportunidades, através de uma transformação radical das estruturas sociais da época. Estas mudanças somente seriam feitas pelos traba-

lhadores unidos e organizados. Esta prática social dos Jocistas custaria ao Movimento muitas baixas. As prisões e torturas tornaram-se frequentes. O clero mais conservador fez silêncio diante destes fatos, anulando os avanços políticos dos tempos passados.

Uma das manifestações mais comuns da imaginação utópica sempre foi a esperança política que poderia se definir num partido. O que acontece nestes casos é a exigência de uma sociedade construída sobre novas estruturas sociopolíticas. No tempo do golpe, o Jocismo pretendia ser mais do que um projeto teórico. A queda do Capitalismo integrava o princípio da oposição Jocista e se colocou em questão nesse momento. Neste sentido se pode dizer que a JOC depois de 1964 passou a defender uma ação considerada quase revolucionária e próxima nas aparências das pretensões da Esquerda política. Não se tratavam contudo, de uma revolução do tipo Marxista, nas técnicas de luta, nos objetivos e fins da sociedade. Assemelhava-se à Esquerda da época, na medida em que considerava o Capitalismo existente um sistema injusto. Era o confronto do sonho com a realidade. Além da militância, convém não esvaziar a JOC de seu conteúdo interior. Havia no sonho a seiva religiosa.

O objetivo fixado para JOC Brasileira era o mesmo definido duas décadas antes por Cardijn: salvar a classe operária moral, religiosa e materialmente através de um método único, com uma mesma mística e técnica de apostolado. O método e a mística garantiriam a unidade do Jocismo a nível nacional e internacional. Por outro lado, o método era uma inovação que pretendia evitar o caráter apenas reflexivo e assistencial presente na maioria dos movimentos leigos Católicos existentes. A JOC deveria ir além, atuar decisivamente na transformação do mundo operário. Neste sentido pode-se pensar numa ética Jocista bastante consistente.

O tempo promoveu o amadurecimento desta utopia. Nos primeiros anos o sonho era puramente etéreo, logo a seguir, veio a idéia de um "paraíso" terrestre e, finalmente, a utopia desembocou na pretendida revolução social, como a única forma de construir um mundo melhor no presente. Havia uma espécie de consciência despertada para o sentido de que a justiça teria de ser conquistada.

Para o Catolicismo as experiências Jocistas representaram um apostolado mais próximo daquilo que os trabalhadores esperavam da Igreja, ao nível da interpretação comum, tradicionalmente atrelada aos

interesses das elites econômicas do país. A JOC despertou a Igreja para a importância de se fazer uma “opção preferencial pelos pobres”, para não perdê-los.

Em relação ao governo, a JOC indicou a urgência de se promover formas que pudessem minimizar a miséria material dos trabalhadores. Parte do clero compartilhava da sua opinião, mas a voz da hierarquia eclesiástica falou mais alto, pois sendo constituída por uma força conservadora, preferiu optar pela manutenção da harmonia social e pelos interesses das elites econômicas.

A surpresa dos jovens operários foi dupla diante dos acontecimentos políticos de abril de 1964: de um lado os militares realizaram a contra-revolução, do outro, a maioria dos Bispos se colocou ao lado dos vitoriosos que representavam o principal motivo da opressão instalada.

Do confronto entre o sonho e a realidade seria ilusório afirmar que o Jocismo Brasileiro conseguiu a salvação da “classe operária”. Contudo, seria injusto negar a importância religiosa e social desta organização de leigos Católicos.

As experiências Jocistas ofereceram à Igreja do Brasil contribuições significativas na medida em que levaram uma grande parte do clero a reavaliar seu conceito de “povo” e suas atitudes pastorais. A JOC propiciou a inúmeros sacerdotes um contato direto com os trabalhadores e seus problemas, conduzindo-os a uma reflexão sobre a pastoral praticada pela Igreja da época. Aqueles mais sensíveis partiram para práticas pastorais “progressistas” e adaptadas às necessidades dos grupos oprimidos que formavam a maioria da população do país. Descobriram ainda que não fora o operariado que se afastara da Igreja, mas o clero que os abandonara. Os sacerdotes que criaram uma nova visão dos valores operários, passaram a assumir a postura não apenas daquele que ensina, mas também do que tem muito a aprender.

De maneira direta ou indireta as experiências Jocistas tiveram uma participação importante no desenvolvimento da chamada Igreja popular do Brasil. O limite de idade para permanecer na JOC ou o abandono da militância levavam muitos Jocistas e atuarem em organizações como a Ação Popular, as CEBs e a Pastoral da Terra. O mesmo destino tiveram muitos Assistentes Jocistas, quando o espaço pastoral junto à JOC foi limitado.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro foi primordial a influência do Jocismo sobre a Pastoral Operária. Através do Boletim Nacional da Comissão de Pastoral Operária, em julho de 1980, Dom Cláudio Hummes assim se expressou: “é justo enfim afirmar que a JOC, a ACO e essas pastorais operárias têm formado militantes cristãos, que hoje pesam significativamente no movimento operário e popular”. A importância da JOC na formação da Pastoral Operária foi desigual nas diferentes regiões, o que não diminui seu valor.

Para Luiz Alberto Gomes de Souza e outros estudiosos do Catolicismo, a transformação da Igreja do Brasil realizou-se de “baixo para cima” e os grupos leigos desempenharam um papel de destaque nestas mudanças. A JOC foi um exemplo claro na medida em que contribuiu na formação da Igreja popular e involuntariamente provocou o conflito Igreja-Estado em torno de 1970. Por outro lado, o Jocismo propiciou uma nova concepção de fé, mais envolvida com a vida concreta dos trabalhadores e com práticas pedagógicas importantes para a Pastoral popular.

Se debaixo da repressão do regime político instalado, as arbitrariedades cometidas pelas autoridades policiais quase provocaram o desaparecimento definitivo da JOC, ao mesmo tempo favoreceram a sobrevivência da mensagem Jocista dentro da Igreja. Na medida em que a repressão se tornou mais violenta e atingiu elementos de destaque da hierarquia eclesiástica a instituição percebeu o valor do posicionamento dos membros da JOC em relação ao regime instalado em 1964.

As tardias manifestações de apoio do episcopado aos Jocistas não foram suficientes para garantir a continuidade a nível nacional, das suas atividades depois de 1970. Foi difícil manter uma identidade própria diante da repressão, das divisões internas e dos novos movimentos que surgiram. Como harmonizar atualmente a antiga JOC com a presença de movimentos como a Pastoral Operária ou a Pastoral de Juventude? Não seria um retrocesso ao passado que negaria um novo ciclo utópico nascido a partir dos excedentes utópicos da JOC Brasileira anterior a 1970? Um grande número de pessoas defende a reativação do Jocismo, pois não existe atualmente um movimento Católico que se ocupe da juventude operária Católica. Parece mais lógico e criativo desenvolver as novas formas de pastoral operária surgidas nos últimos tempos. O Jocismo

Brasileiro deu a sua contribuição no desenvolvimento religioso e social do país, o que vale manter a pergunta: o sonho acabou?

INDICAÇÕES DE LEITURA

1. ALVES, M. Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
2. COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
3. MAINWARING, Scott. *A JOC e o surgimento da Igreja nas Bases (1958-1970)*. Petrópolis: Vozes, REB, março de 1993.
4. MURARO, Valmir Francisco. *A Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.